

Justiça Federal divulga os resultados do 1º semestre de 2017 e planeja as metas para 2018

O Comitê Gestor da Estratégia da Justiça Federal (Cogest) apresentou, nesta quinta-feira (31), o resultado do cumprimento das metas da JF em todo o País no primeiro semestre de 2017. Na sessão, foram aprovados os parâmetros para o próximo ano e ainda uma nova meta, de sustentabilidade. A apresentação foi conduzida pela presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministra Laurita Vaz, e contou com a participação do vice-presidente do CJF, ministro Humberto Martins, e do corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Mauro Campbell Marques, além de representantes dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe).

“Os bons resultados não caem do céu, eles advêm de um exaustivo e cuidadoso planejamento”, afirmou Laurita Vaz ao abrir a 6ª reunião do Cogest. A ministra destacou que a divulgação das metas faz parte do compromisso da Justiça Federal de manter um diálogo aberto e permanente com a sociedade. “Para angariar a credibilidade e o respeito da opinião pública não basta realizar um trabalho sério, responsável e qualificado, é imprescindível que o trabalho seja amplamente divulgado. A prestação de contas não é uma opção, é um imperativo. A transparência é um dos pressupostos indispensáveis de um planejamento estratégico de qualidade”.

Lembrando a atual crise econômica do País, a presidente do Conselho ressaltou que um dos principais desafios da Justiça Federal é melhorar a prestação jurisdicional e, ao mesmo tempo, diminuir os gastos. “Diante da escassez dos recursos disponíveis, cada centavo do erário precisa ser empregado com a máxima eficiência, demandando dos gestores a busca por soluções criativas e inovadoras”, frisou.

Metas - Segundo o levantamento apresentado pelo Comitê, até julho deste ano a Meta 1 (produtividade) atingiu 98,6% de cumprimento. Para o próximo ano, foi mantido o parâmetro. A Meta 2 (celeridade) é subdividida em três itens: julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 nos 1º e 2º graus, com 88,3% de cumprimento; julgar 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, cumprida em 97%, e julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, que já marca 127,7% de cumprimento. Os índices da Meta 2 foram mantidos para 2018.

A Meta 3, que trata da conciliação, já foi totalmente cumprida nos primeiros seis meses de 2017, e os parâmetros serão mantidos no ano que vem. Já a Meta 4 (improbidade administrativa), está com 64% de cumprimento. Os índices para 2018 foram mantidos e parte da Meta 8 referente aos crimes contra a Administração Pública foram agregados à Meta 4. A Meta 5 (execuções não fiscais) foi cumprida em 91,9% e teve os parâmetros mantidos para o próximo ano.

A Meta 6 (ações coletivas) está com 75,8% de cumprimento e será mantida em 2018. Para esse indicador, foram estabelecidas faixas de cumprimento: 70%, 80% e 85% e, pelos resultados positivos, a 4ª Região passará a adotar a faixa de 85% de cumprimento, percentual já adotado pela 5ª Região. A Meta 7 (ações criminais) atingiu 99% de cumprimento com relação aos processos baixados e 93,9% de processos



julgados até agora e seus índices serão mantidos. Já a Meta 8 (ações penais) foi cumprida em 40,8% e também terá os mesmos parâmetros no próximo ano.

Uma nova meta foi apresentada na reunião e aprovada para implementação a partir de 2018: redução de custos vinculada à sustentabilidade. Os percentuais ainda serão definidos.

“Houve alguns ajustes pontuais que, na verdade, são aprimoramentos, sempre no objetivo de buscar a eficiência e a inovação para que, mesmo com a escassez de orçamento e recursos humanos, se possa continuar avançando. Temos que ter agora criatividade para fazer mais com menos, para aproveitar o máximo possível os recursos públicos”, avaliou o secretário-geral do CJF, Cleberson José Rocha.

Ainda na reunião, o Cogest analisou 17 projetos estratégicos para aprimoramento da Justiça Federal em andamento e/ou em fase de desenvolvimento. Entre as iniciativas em estudo estão um sistema unificado de emissão de certidões e outro de gestão de depósitos judiciais. O destaque foi o Sistema de Mapeamento da Justiça Federal (SISMAPA), ainda em fase de testes, que reúne dados geográficos e informativos da JF em todo o País. A ferramenta será aberta ao público e disponibilizará informações como: magistrados das unidades da Justiça Federal; número de processos recebidos, baixados, em andamento e julgados e competência das varas. As pesquisas poderão ser feitas por localização, nomes ou área de atuação. O SISMAPA foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da

Informação (STI/CJF) com parceria dos TRFs e orientação da Secretaria de Estratégia e Governança (SEG/CJF). O Comitê aprovou o sistema e o envio de resolução para o pleno do CJF regulamentando a implementação do Sismapa.

Despedida - Esta foi a última reunião do Cogest com a participação do ministro Mauro Campbell Marques, que deixa, no final de setembro, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal e, por isso, não participará mais dos encontros do Comitê. A presidente do CJF aproveitou a ocasião para homenagear o magistrado pelo trabalho prestado ao Conselho. “O ministro fez um trabalho muito exaustivo aqui no CJF, tem uma visão muito ampla em relação à Justiça Federal e foi de grande auxílio a este Colegiado no tempo em que esteve aqui”, disse Laurita Vaz.

Ao agradecer a homenagem, Campbell Marques reforçou as declarações feitas pela ministra anteriormente sobre a necessidade de divulgação permanente das ações e das conquistas da Justiça Federal para a sociedade. “É uma frustração ver esta incapacidade que a magistratura federal, infelizmente, ainda tem para fazer chegar à população números inegavelmente probos para prestar uma justiça célere e de qualidade que presta a nossa Justiça Federal”, afirmou o ministro.

O corregedor enalteceu ainda o trabalho dos membros e colaboradores do Conselho e da Justiça Federal. “Saio daqui envaidecido, porque aprendi muito e conheci muito a Justiça Federal, que, repito, é digna de aplausos. Parabéns e muito obrigado a todos os membros, servidores, colaboradores e estagiários que ajudam a fazer uma Justiça Federal que atenda aos anseios da sociedade”, finalizou.

Fonte: CJF

Instituído o regime de auxílio de julgamento a distância nas Turmas do TRF1

Foi instituído, no dia 1º de setembro, em caráter extraordinário pelo prazo de um ano, o regime de auxílio de julgamento a distância de processos pendentes de cumprimento de metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nas Turmas do TRF1.

Conforme previsto na Resolução Presi 36, assinada pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), desembargador federal Hilton Queiroz, o regime de auxílio será realizado mediante convocação de um juiz federal para cada desembargador federal, segundo critérios estabelecidos pela Resolução, para atuar a distância a partir de 18/09/17.

Serão contemplados pelo esforço concentrado os processos físicos e eletrônicos relacionados à Meta 2 – julgar processos mais antigos (100% dos distribuídos até 2012 e 85% dos distribuídos até 2013), exceto aqueles elegíveis para julgamento pelas câmaras regionais prevencionárias.

Segundo consta no documento, os juizes federais serão indicados pelos desembargadores federais e convocados pelo presidente do Tribunal após manifestação do corregedor regional e aprovação da Corte Especial Administrativa, conforme disposto no art. 28 do Regimento Interno do TRF1.

Fonte: TRF1

Cardápio dos restaurantes para quarta-feira

Restaurante Gradin Grill (Sede) • Salmão à Moda Gradin Grill, Feijoada, Strogonoff de Frango, Frango Recheado, Moqueca de Fato, Rigatoni à Moda do Chef, Torta Tropical, Risoto de Alho Poró.

Obs.: Sujeito a pequenas alterações.

Restaurante Pupo (JEFs) • Assado Bovino, Strogonoff de Frango, Frigideira de Bacalhau, Moela, Nhoque a Bolonhesa, Soufle de Legumes, Torta de Carne com Cheddar/Quibe Frito.

Aniversariantes

Hoje: *Altenir da Silva Carvalho (22ª Vara), Daniela de Araújo Rocha (1ª Vara), Gabriel Valença Pires (2ª Vara), Luciene Alves Costa Trindade (10ª Vara), Simone Schitini de Araújo Góes (5ª Vara), Renata Faria Rolemberg Ribeiro (13ª Vara), Rodrigo Mendes Cruz (Campo Formoso) e Jemyma Jandiroba Ferreira (12ª Vara).*

Amanhã: *Alberto Silva Coelho (NU-CJU), Heber Freire Santos (Ilhéus), Luiz Gutemberg Lopes (NUCJU), Zilmácia de Araújo Pimentel Mendes (Guanambi), Sérgio da Silva Costa (Itabuna) e Alecio Cunha Silva de Carvalho (12ª Vara).*

Parabéns!

DÍVIDAS PÓS-MORTE

Empréstimo pessoal

A herança deve ser usada para quitar os débitos pendentes. Se os bens não forem suficientes para cobrir a dívida, os familiares não podem ser responsabilizados pelo pagamento

Crédito consignado

Extinguem-se quando o consignante falece

Contratos de crédito imobiliário

Tem o seguro obrigatório por morte ou Invalidez permanente que serve para quitar o contrato caso a pessoa venha a falecer

cnj.official

EXPEDIENTE ► **Coordenação-Geral:** juíza federal Cláudia da Costa Tourinho Scarpa, diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, diagramação, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Apoio:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Estagiária de jornalismo:** Joyce Melo Matos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.